

Em branco



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2102 Quinta - feira, 15 de Outubro de 2009.

Poder Executivo

Decreto

DECRETO Nº 5.617, DE 13 DE OUTUBRO DE 2009.

Dispõe sobre a nova redação do Decreto n.º 4.789, de 06 de novembro de 2007, que regulamentou o art. 6º da Lei nº 5.098 de 02/03/2007, que versa sobre o REGIMENTO INTERNO do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições legais...

DECRETO

Art. 1º Este decreto dispõe no do art. 6º da Lei nº 5.098 de 02/03/2007, que instituiu o REGIMENTO INTERNO do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMMA, integrante do Sistema Estadual do Meio Ambiente, com a finalidade de organizar, acompanhar, estudar e propor ao Prefeito Municipal as diretrizes políticas governamentais, para o desenvolvimento urbano e meio ambiente e, deliberar no âmbito de sua competência sobre os resultados em processos administrativos, normas e portais conjuntos e relativos com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e, essencial a sadia qualidade de vida.

§1º O Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMMA, é constituído por:

- Diretoria, composta pela Presidência, Vice-presidência e Secretaria Executiva;
- Plenário;
- Comissões Especiais e Técnicas.

§2º A Secretaria Executiva será mantida obrigatoriamente pela Prefeitura Municipal e, as Comissões Especiais e Técnicas serão estruturadas por resolução da plenária.

SEÇÃO I DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 2º São atribuições dos conselheiros:

- Discutir e votar, sobre a elaboração, implementação de projetos;
- Apresentar proposições, propostas de resoluções e decisões;
- Colaborar com a Presidência e Secretaria Executiva no cumprimento de suas atribuições;
- Pedir vistas de processos e documentos que estejam sob a análise do Conselho, em qualquer fase;
- Requerer, na forma desta, a convocação de reunião extraordinária para apreciação de assunto relevante;

- Propor a inclusão de matéria na ordem do dia e requerer, de forma justificada, a discussão prioritária de assunto constante dela;
- Propor a criação e Integração Comissões Especiais e Comissões Técnicas;
- Propor votação nominal;
- Solicitar registro em ata de seu ponto de vista;
- Propor convite a colaboradores para acrescentar subsídios aos assuntos de competência do CONSEMMA;

SEÇÃO II DO MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 3º O mandato dos Conselheiros do CONSEMMA, exceto o do Secretário de Meio Ambiente, ou outro(a) que vier sucedê-lo(a), será de 02 (dois) anos, sendo admitida uma única recondição consecutiva como titular.

Art. 4º O Conselheiro perderá seu mandato se computada sua falta em 03 (três) reuniões consecutivas, ou em 04 (quatro) reuniões alternadas no mesmo ano.

Parágrafo Único – A Secretaria Executiva informará as Entidades ou Órgãos do risco da perda de mandato dos Conselheiros do CONSEMMA, caso ocorram ausências de representantes em 03 (três) reuniões consecutivas ou em 04 (quatro) alternadas no mesmo ano.

Art. 5º Perderá o assento no CONSEMMA as Entidades ou Órgãos, que, após a substituição de seu Conselheiro titular pelo suplente, este, por motivo de falta vier a infringir o disposto no artigo 4º, deste Decreto.

SEÇÃO III DO PROCESSO DE RENOVACÃO DO CONSEMMA

Art. 6º No Prazo de noventa (90) dias antes do término do mandato dos conselheiros – a Secretaria Executiva do CONSEMMA solicitará, através de ofício e de Edital Publicado no Diário Oficial do Município, a indicação dos representantes dos órgãos governamentais participantes especificados no Parágrafo 1º, do Artigo 2º da Lei Municipal de nº 3098 de 02 de Março de 2007, e Lei: 5.706 de 15 de abril de 2009, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para o recebimento dessas indicações.

§1º A Secretaria Executiva atualizará o cadastro das referidas entidades no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos conselheiros.

§2º Transcorrido o prazo do parágrafo anterior, será solicitada a indicação dos representantes, titulares e suplentes, das referidas entidades.

§3º A Secretaria Executiva encaminhará ao Gabinete do Prefeito a lista dos representantes eleitos e indicados para a constituição do CONSEMMA no mandato subsequente, para nomeação dos titulares e suplentes, mediante decreto a ser publicado 15 (quinze) dias antes término dos mandatos em vigor.

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO

Vice-Prefeita _____ Marília Salles

Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Neuma de Moraes

Secretaria Municipal de Administração _____ Gerson Araujo de Oliveira

Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária _____ Valdir Correa

Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ Valdemir Castilho Soares

Secretaria Municipal de Educação _____ Marilda Soares Rufino

Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Susan Meire Moretti Binha

Secretaria Municipal de Finanças _____ Adão Nunes

Secretaria Municipal de Governo _____ Milton Gomes da Costa

Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Ronaldo Sedy Ilicava Uramoto

Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Lindomar Alves da Silva

Secretaria Municipal de Planejamento _____ Fernanda Pereira Silva

Secretaria Municipal de Receita _____ Regina Celi Marques Ribeiro

Secretaria Municipal de Saúde _____ Valdeir Feltrin

Secretaria Municipal Transporte e Desenv. Urbano _____ Donizete AA de Souza

Procuradoria Geral do Município _____ Efraim Alves dos Santos

CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ Darci Lovato

Diário Oficial do Município _____ Anna Clara Quintana

IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva

SANEAR _____ Terezinha Silva Souza

ServSaúde _____ Vilmondes Apregio da Silva Luz

DIORONDON

Filado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensa Oficial
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 às 18h
Órgão criado pela Lei 3.398 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon			
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município(via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retrida no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros: por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

Art. 7º Os Conselheiros e a Secretária Executiva do CONSEMMMA tomarão posse em reunião, através de termo apropriado.

Art. 8º A Vice Presidência do CONSEMMMA será exercida por Conselheiro titular eleito em reunião ordinária.

Parágrafo Único - No caso de renúncia da Vice Presidência, será eleito um novo conselheiro para o cargo em próxima reunião ordinária.

SEÇÃO IV: DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º A presidência do CONSEMMMA compete:

- I. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- II. Convocar e presidir as reuniões, conduzindo a participação;
- III. Presidir o resultado das votações;
- IV. Encaminhar aos casos não previstos neste regimento para deliberação do plenário do Conselho;
- V. Tratar da publicação dos atos do Conselho no Diário Oficial do Município, ou em outros meios de comunicação;
- VI. Assinar resoluções, indicações e proposições do Conselho, encaminhando-as para os devidos fins;
- VII. Solicitar ao Executivo Municipal a infraestrutura necessária ao funcionamento do Conselho;
- VIII. Representar o Conselho em Atos Públicos;
- IX. Requisitar as diligências solicitadas pelos conselheiros;
- X. Encaminhar a instalação das comissões técnicas e especiais, cujos membros serão indicados pelo plenário do Conselho.

Parágrafo Único - Na ausência do Presidente, caberá ao Vice Presidente substituí-lo em suas funções.

Art. 10 A presidência do CONSEMMMA será assessorada pela Secretária Executiva disponibilizada pelo Executivo Municipal, que terá como atribuição:

- I. Organizar e ter a guarda do arquivo do Conselho;
- II. Providenciar a anotação de presença nas reuniões, autuadas as assinaturas em livro próprio;
- III. Providenciar o envio das comunicações e convocações, inclusive relativas ao Parágrafo Único do artigo 4º deste Decreto;
- IV. Comunicar, com antecedência de 15 (quinze) dias, ao Conselheiro e a entidade que estiver prestes a perder o mandato ou assumir o CONSEMMMA;
- V. Providenciar cópias das atas aos conselheiros presentes na última reunião, que será entregue em próxima reunião;
- VI. Providenciar a elaboração das atas das reuniões, assentadas em livro próprio;
- VII. Organizar o expediente do Conselho;
- VIII. Encaminhar os pedidos de informações, fazendo-os chegar ao expediente do Conselho;

IX. Receber as proposições dos conselheiros;

X. Comunicar o conselheiro suplente, quando da ausência da titularidade;

SEÇÃO V DAS DELIBERAÇÕES DO CONSEMMMA

Art. 11 As reuniões do CONSEMMMA serão ordinárias e extraordinárias.

Art. 12 As reuniões ordinárias serão realizadas mensalmente, tendo uma duração máxima de 03 (três) horas, podendo ser prorrogadas a critério do Conselho.

§1º As reuniões deverão ser agendadas previamente, através de proposta para o período de um ano apresentada pela Presidência e aprovada pelo Conselho, especificando dia, hora e local de sua realização.

§2º A agenda deve ser comunicada por escrito aos conselheiros imediatamente após sua aprovação.

§3º As alterações na agenda, devem ser comunicadas aos conselheiros, por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Art. 13 As reuniões extraordinárias poderão ser marcadas para qualquer dia útil, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, por convocação da Presidência, pela iniciativa deste ou requerimento de 14 (quatorze) conselheiros titulares, sendo vedado debates ou deliberações a respeito de qualquer matéria não contemplada, expressa e previamente na convocação, salvo deliberação em plenário.

Art. 14 À hora estipulada, o Presidente do Conselho ou quem o substitua verificará o quorum no livro de presença e, se houver no quórum, declarará realizada a reunião.

§1º O quorum das reuniões se estabelece com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um dos conselheiros presentes;

§2º Caso não haja quorum em primeira chamada, serão aguardados 30 (trinta) minutos para nova verificação, quando será dado início ao encerramento da reunião.

§3º Os trabalhos serão relatados no livro de atas de reuniões.

§4º Não havendo a reunião, será anotado na lista os conselheiros presentes.

Art. 15 Estando presentes os conselheiros titulares, as reuniões serão facultadas aos respectivos conselheiros suplentes, que terão somente direito a voz e não voto para o quorum regimental.

Art. 16 Desde que submetida à análise da Presidência do Conselho e metida na pauta, as reuniões poderão contar com a presença de assessores técnicos e

consultores, sendo-lhes facultada a manifestação de esclarecimento aos conselheiros no tempo estipulado pela Presidência.

Parágrafo Único - As reuniões são abertas ao público, sem direito a voz e voto.

SEÇÃO VI DO EXPEDIENTE

Art. 17 Constará do expediente das reuniões ordinárias do CONSEMMMA, os seguintes itens:

- I. Apreciação e aprovação da ata de reunião anterior;
- II. Comunicações dos conselheiros, com prazo estipulado pelo plenário.

Art. 18 Os conselheiros farão as inscrições das proposições, que deverão ser apresentadas e justificadas, por escrito, à Secretária Executiva.

Art. 19 Os conselheiros poderão fazer o uso da palavra para esclarecer suas proposições por até 05 (cinco) minutos, respeitando-se o critério cronológico de inscrição das mesmas junto à Secretária Executiva.

Art. 20 Após justificativa, se nenhum conselheiro pedir formação de processo, a proposta será discutida e votada.

§1º Nas discussões de proposições que não tenham processo formado, cada conselheiro disporá de 03 (três) minutos para sua participação no debate, aplicando-se o disposto nos artigos 30 ao 32 deste Decreto.

§2º As votações das proposições sem processo serão conduzidas conforme os artigos 35 ao 37, e artigo 39 deste Decreto.

Art. 21 Para proposições em que for solicitada a formação de processo, o pedido será analisado pelo plenário e, se julgado pertinente, será votada sua abertura.

§1º Na formação do processo a Presidência do CONSEMMMA deverá obter dos setores competentes da Prefeitura Municipal de Rondonópolis a instrução técnica da matéria, contando sempre com o apoio da Secretária Municipal de Meio Ambiente.

§2º Na mesma reunião, o plenário indicará Comissão Técnica para análise do processo e elaboração do parecer escrito para posterior apreciação do plenário no Orden do Dia.

SEÇÃO VII DA ORDEM DO DIA

Art. 22 Finalizado o expediente e esgotados os prazos para proposições, a Presidência dará início à discussão e votação da Ordem do Dia.

§1º A Ordem do Dia será organizada pela Presidência, ouvido o Coordenador das Comissões Técnicas, e encaminhada para conhecimento dos conselheiros, por escrito, com 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

§2º A matéria constante da pauta na Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:

- I. Exposições das Comissões Técnicas;
- II. Matérias em regime de urgência;
- III. Votações e discussões adiadas;
- IV. demais matérias segundo antiguidade.

§3º Todo e qualquer pedido de urgência ou de preferência e o consequente deferimento dependerá de aprovação do plenário.

Art. 23 A Ordem do Dia poderá ser alterada, mediante aprovação do plenário, nos casos de:

- I. Inclusão de matéria relevante;
- II. Inversão de preferência;
- III. Adiantamento;
- IV. Retirada de pauta.

Art. 24 O adiamento da discussão ou votação será requerido verbalmente, devendo ser aprovado pelo plenário e não podendo exceder o prazo de 02 (dois) reuniões ordinárias.

§1º O adiamento de votação só poderá ser requerido antes de iniciado o processo de votação.

§2º É vedado o segundo adiamento de qualquer matéria, pelo requerimento do mesmo conselheiro, não podendo haver mais que 02 (dois) adiamentos, em qualquer hipótese.

SEÇÃO VIII DA DISCUSSÃO

Art. 25 Apresentado o assunto em pauta e ocorrendo em discussão pela Presidência, será concedida a palavra primeiramente ao relator e aos demais conselheiros que solicitarem.

Art. 26 Serão concedidos os seguintes prazos para debates:

- I. Ao relator, até 15 (quinze) minutos para a leitura de seu relatório e voto;
- II. Aos demais conselheiros, até 03 (três) minutos para cada vez e, em

Art. 27 Será facultada a apresentação de emendas e substitutivos durante a discussão.

§1º As emendas e substitutivos serão apresentados por escrito, referindo-se especificamente ao assunto em discussão.

§2º Poderão ser destacadas emendas para a constituição de nova proposição quando a Presidência ou o Conselho julgarem pertinente, ou mediante solicitação de um conselheiro.

Art. 28 Não havendo mais endores, a Presidência do Conselho encerrará discussão da matéria e procederá a votação.

SEÇÃO IX DA VOTAÇÃO

Art. 29 As deliberações do CONSEMMMA serão tomadas pela maioria simples dos Conselheiros presentes.

Art. 30 Os processos de votação serão os seguintes:

I. Simbólico, em que a Presidência solicitará que os conselheiros "a favor" permaneçam como estão e discordantes ou abstenções que se manifestarem e, em seguida, proclamará o resultado da votação;

II. Nominal, em que os conselheiros serão chamados a votar pela Presidência, anotando o Secretário as respostas e passando a lista à Presidência, para a proclamação do resultado.

Art. 31 Na votação simbólica ou nominal será lido ao conselheiro realizar seu voto, antes de proclamação o resultado da votação.

Art. 32 As declarações de votos não poderão ultrapassar o prazo de 01 (um) minuto e deverão ser enviadas à mesa por escrito, até o final da reunião, para efeito de registro.

Art. 33 Poderá o conselheiro pedir a palavra para o encerramento da votação pelo prazo de 01 (um) minuto, ininterruptos os apuros.

Art. 34 O substitutivo terá preferência na votação e, em caso de rejeição, será votada a proposição original.

Art. 35 Nenhuma emenda poderá ser apresentada depois de iniciada a votação.

Art. 36 As votações de emendas seguirão a seguinte ordem:

- I. Emendas supressivas;
- II. Emendas substitutivas;
- III. Emendas aditivas;

Art. 37 Vencido o tempo em seu voto, a Presidência designará um relator, de preferência o autor do substitutivo ou emenda, para redigir o texto aprovado, cuja redação deverá ser submetida ao plenário na reunião seguinte.

Art. 38 As atas das atas das decisões do CONSEMMMA deverão constar não apenas das atas de reuniões, mas também dos processos a que se referirem, assuadas pela Presidência e Relator.

SEÇÃO X DA ANÁLISE DE PROJETOS

Art. 39 O CONSEMMMA poderá criar Comissões Técnicas e Comissões Especiais para auxiliar no exame dos projetos a ele submetidos.

§1º As Comissões Técnicas terão caráter permanente e serão constituídas mediante deliberação da maioria simples dos conselheiros presentes.

§2º As Comissões Técnicas e Especiais poderão convidar técnicos especializados para oferecer subsídios e assessoria, desde que aceitos pela maioria de seus membros, devendo este fato serem previamente comunicados à Secretária Executiva.

§3º No assessoramento a essas Comissões, as Universidades, os Institutos de Pesquisa, os Órgãos Públicos e as Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos e de caráter técnico-profissional terão preferência as organizações privadas.

§4º As Comissões Técnicas terão prazo definido para realizar o seu trabalho, sendo eleito um Coordenador entre seus membros e designado um relator para cada processo específico.

SEÇÃO XII DOS PARECERES

Art. 40 Os pareceres do CONSEMMMA constarão de duas partes fundamentais:

- I. Análise global;
- II. Parecer conclusivo, propondo aprovação e rejeição do projeto e quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emendas.

Art. 41 Os pareceres serão aprovados pela maioria simples dos conselheiros.

Art. 42 Os substitutivos ou emendas à matéria em pauta se serão objetos de discussão se forem apresentados por escrito pelo conselheiro à Secretária Executiva.

SEÇÃO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43 Qualquer cidadão poderá obter informações de interesse público ambiental, mediante requerimento à Secretária Executiva do CONSEMMMA.

Art. 44 As proposições, resoluções e demais decisões do CONSEMMMA serão divulgadas apenas pela Presidência e na sua ausência, pelo substituto legal ou pela decisão do plenário, através do Diário Oficial do Município de Rondonópolis e, se conveniente através de outros meios de comunicação.

Art. 45 Em caso de dúvida a respeito da interpretação ou aplicação do presente Regimento, o conselheiro poderá suscitá-lo questão de ordem no prazo de 03 (três) minutos, vedados os apuros.

Parágrafo Único - Compete a Presidência ou ao Conselho decidir sobre a pertinência da questão de ordem.

Art. 46 As decisões sobre a interpretação do presente regimento, bem como sobre os casos omissos, serão registradas em ata e anotadas em livro próprio, passando a constituir precedentes que deverão ser observados.

Art. 47 As propostas de alteração parcial ou total deste regimento somente serão procedidas se aprovadas por dois terços dos membros titulares em livro do Conselho, que deverá ser publicada no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - As propostas de alteração deverão ser assinadas por, no mínimo 03 (três) conselheiros e serão encaminhadas como proposição.

Art. 48 Os Órgãos ou Entidades que perderem o seu mandato ou o mesmo no CONSEMMMA, não serão considerados para efeito de estabelecimento do quorum regimental.

Art. 49 Nos casos de perda de mandato, e não havendo preenchimento da vaga, a Secretária Executiva enviará uma notificação às entidades ou órgãos regulamentar cadastradas junto à Secretária Executiva pertencentes ao mesmo segmento da Entidade ou Órgão Excluído, fixando prazo de 30 (trinta) dias para a realização de eleição (casual) de um novo Conselheiro Titular e um Suplente, que cumprirá o período restante de mandato.

Art. 50 As sanções, incorpções e dívidas serão decididas mediante deliberação do CONSEMMMA através de competente regulamentação por parte do Poder Executivo.

Art. 51 O Presidente do Conselho, ouvido a Plenária, poderá solicitar ao Poder Executivo a colaboração permanente de servidores públicos municipais.

Art. 52 O exercício das funções de membro do CONSEMMMA será gratuito e considerado, contra prestação de relevantes serviços ao Município.

Art. 53 As despesas com a execução do presente Decreto correrão pelas verbas próprias do organismo em vigor.

Art. 54 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 13 de outubro de 2009, 94ª da Fundação e 35ª da Emancipação Política.

JOSE CARLOS TEIXEIRA ARAUJO
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretária e publicado no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo